

Câmara deve votar dívida dos estados nesta semana

Doutor Luizinho (PP-RJ) foi designado relator do Propag

Por Karoline Cavalcante

A Câmara dos Deputados deve votar nesta semana o Projeto de Lei Complementar (PLP) 121/2024, que institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), com o objetivo de negociar as dívidas dos Estados e do Distrito Federal com a União. A promessa de votação foi feita pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), aos governadores do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, e de Goiás, Ronaldo Caiado. A informação exclusiva foi previamente divulgada na Coluna Magnavita, do Correio da Manhã.

O PLP foi apresentado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e já aprovado pela Casa. Atualmente, o projeto tramita em regime de urgência na Câmara dos Deputados. Na última quinta-feira (28), o deputado federal Doutor Luizinho (PP-RJ) foi designado relator do projeto, e no sábado (30), apresentou seu parecer preliminar de plenário.

Entre as medidas do Propag estão o alívio da carga de endividamento, que soma mais de R\$ 765 bilhões, especialmente em quatro estados: Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Em troca, os estados deverão entregar alguns de seus bens à União e priorizar investimentos em áreas como educação, saneamento e segurança.

Os estados também terão que aderir a regras fiscais, como o limite no crescimento de suas despesas primárias. O programa autoriza descontos nos juros dá o prazo de 30 anos para pagamento, mas impõe restrições, como a proibição de novas dívidas e o risco de exclusão do programa em caso de inadimplência.



Mário Agra/Câmara dos Deputados

Doutor Luizinho já deu parecer favorável ao projeto

Voto do relator

Em seu voto, Doutor Luizinho afirmou que o texto visa, ao mesmo tempo, incentivar investimentos em áreas sensíveis, como educação, segurança pública e infraestrutura. Ele destacou também que a proposta é benéfica para a União, pois permitirá que as dívidas, atualmente suspensas, sejam novamente pagas, gerando receitas para o governo federal.

“O Propag, portanto, é uma solução que permitirá que os Estados solucionem de forma definitiva o problema do endividamento e que a União volte a receber os pagamentos das dívidas. Finalmente, ao propor a solução para a questão do endividamento,

esta proposição trata de dois pontos cruciais: o equilíbrio federativo e a responsabilidade fiscal”, iniciou o relator.

“Quanto ao equilíbrio federativo, este projeto de lei complementar irá beneficiar proporcionalmente os entes mais endividados. Em relação à responsabilidade fiscal, o projeto propõe que os Estados que aderirem ao Propag limitem o crescimento de suas despesas primárias de forma similar ao Novo Arcabouço Fiscal”, acrescentou Luizinho no documento.

Indexador da dívida

Na abertura da 12ª edição do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud), reali-

zada no dia 21 de novembro, o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, que também preside o Cosud, defendeu a mudança do indexador da dívida para tornar viável o pagamento por todos os estados.

“Quando começamos a falar da natureza da dívida, um tema que surgiu no Cosud do Rio, o assunto avançou. Conseguimos aprovar (este ano) no Senado o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag). Mas precisamos avançar mais. Há uma resistência do Ministério da Fazenda para a votação do Propag na Câmara dos Deputados. A questão da dívida é mais cirúrgica e central do que se imagina”, afirmou Cláudio Castro.

CCJ do Senado pauta PEC das Praias para quarta-feira

Por Karoline Cavalcante

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado pautou para a manhã desta quarta-feira (4) a discussão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 3/2022, conhecida como PEC das Praias. A proposta foi iniciativa do ex-deputado Arnaldo Jordy (Cidadania-PA) e é relatada pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

A proposta sugere mudanças na gestão das terras de Marinha, que são áreas litorâneas de 33 metros a partir da linha das marés altas, historicamente pertencentes à União. Além disso, o texto exclui o inciso VII do artigo 20 da Constituição e permite que esses terrenos sejam transferidos para os estados, municípios ou ocupantes privados que já os utilizam, seja por meio de um pagamento para os particulares ou gratuitamente para os entes públicos. Sendo que a União manterá apenas as áreas não ocupadas ou destinadas a serviços públicos e preservação ambiental.

O relatório destaca que muitos cidadãos adquiriram imóveis, com registros válidos, e, após anos, têm suas propriedades contestadas pela



Jefferson Rudy/Agência Senado

Flávio Bolsonaro: governo está sendo “burro”

União devido a processos demarcatórios, e considera que a proposta apresenta critérios claros sobre a propriedade desses bens, conferindo segurança jurídica às partes envolvidas, sem provocar renúncia de receitas para a União.

“Não nos parece justo que o cidadão diligente, de boa-fé, que adquiriu imóvel devidamente registrado e, por vezes, localizado a algumas ruas de distância do mar, perca sua propriedade após vários anos em razão de um processo lento de demarcação”, diz o trecho.

“Privatização” das praias

O senador Humberto Costa (PT-PE) declarou nesta segunda-feira (2) que a proposta é uma “tentativa desesperada” de aprovar uma medida que “sob nenhuma hipótese, é benéfica para o povo brasileiro”. Ele destacou que apesar das alegações dos relatores e autores, a medida resultará em um processo de privatização das praias do país.

Costa também alertou para os riscos ambientais. “Em tempos de mudanças climáticas e de

uma situação do meio ambiente profundamente comprometedora no Brasil, a possibilidade de termos mais desastres ambientais dessa vez agora atingindo a foz de diversos rios e também todo o ambiente da região beira-mar”, disse.

“Burro”

Porém, Flávio Bolsonaro afirmou que a PEC pode aumentar a arrecadação de impostos pelo governo e negou que haja uma tentativa de privatizar as praias. “Eu acho que o governo está sendo burro de impedir ou de atrasar essa votação, porque vai aumentar a arrecadação da União”, iniciou. “Não estamos tratando ou tentando privatizar as praias, ou tentando impedir o acesso de ninguém”, defendeu o senador em entrevista à CNN.

A tramitação da proposta foi suspensa devido à repercussão negativa do debate realizado pelo colegiado. No entanto, a comissão decidiu retomar a análise do texto, embora ainda não haja garantia de que a proposta será votada. A Proposta de Emenda à Constituição foi aprovada pela Câmara dos Deputados em fevereiro de 2022, e estava parada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado desde agosto de 2023.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Alan Santos/PR

Governador teme perder apoio dos mais radicais

Marçal faz Tarcísio manter alinhamento com Bolsonaro

Uma análise que corre entre aqueles partidos que estão de bem com os palácios do Planalto e dos Bandeirantes ajuda a explicar o aqodamento do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), defender Jair Bolsonaro no caso da investigação da Polícia Federal.

Na avaliação deles, o gesto de Tarcísio está relacionado às eleições de

2026 — será candidato à reeleição ou à Presidência. Uma eventual briga sua com o bolsonarismo fará com que este poderoso grupo ameace pular de vez o alambrado em direção de Pablo Marçal.

Assim, para o governador, seria fundamental manter boas relações com o ex-presidente e com seu entorno — pelo menos, enquanto as condenações não chegam.

Cuidado

A mesma lógica tem sido adotada, em diferentes tons de adesismo, pelos tais partidos que estão no governo e que volta e meia olham pra porta de saída. Melhor terceirizar o problema para a Procuradoria-Geral da República e para o Supremo Tribunal Federal.

Biruta

Esse povo que sempre sabe a direção dos ventos avalia que é bom ir devagar com a louça quando se trata da PF, PGR e do STF. O teor do relatório sobre a tentativa golpista, com indiciamento de Bolsonaro e de generais, mostra que ninguém está de brincadeira.



Fernando Molica/Correio da Manhã

O ex-jogador atendeu pedidos de fotos no barco

Loco Abreu faz a festa de botafoguenses em barco

Felizes da vida com o título da Libertadores conquistado na véspera, torcedores do Botafogo que embarcaram domingo na travessia entre Buenos Aires e Colônia de Sacramento, no Uruguai, receberam um bonus track: a presença, no barco de Loco Abreu, herói do título estadual de 2010.

Ele até procurou ser

discreto, sentou-se numa poltrona na primeira fila do deck superior. Mas bastou ser reconhecido para que parte dos passageiros recuperasse o grito com que o atacante era saudado nos estádios: “Uh, El Loco, uh!”. Simpático, o hoje treinador do Dorados de Sinaloa, do México, posou para fotos e deu muitos autógrafos.

Estilo Herrera

El Loco assistiu ao jogo na condição de convidado da Conmebol, organizadora do evento. O argentino Germán Herrera, seu antigo companheiro de ataque no Botafogo, manteve o estilo raiz que o caracterizava em campo: foi ao estádio na arquibancada.

Precaução

Muitos botafoguenses que passaram por Montevideo no caminho para Buenos Aires evitaram circular por lá com a camisa do time. Temiam hostilidades de torcedores do Peñarol que ainda estivessem irritados com prisões de colegas no Rio — ainda há dois em cana.

Ironia

Pouco assediado, o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) saiu do Monumental de Núñez com uma bandeira do Botafogo no pescoço. Foi irônico quando o Correio lhe perguntou se o título da Libertadores era a única boa notícia em uma semana pra sua família.

Esses caras

O parlamentar, que estava misturado entre os torcedores, deu um leve sorriso e disse: “Esses caras ainda vão nos eleger” — ele não quis especificar quem seriam os caras, mas ficou evidente a referência a responsáveis pelas investigações que atingem seu pai.